

Itaú Vida e Previdência S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Itaú Vida e Previdência S.A. relativos aos períodos de 31/12/2024 e 31/12/2023 para contas patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2024 e de 2023 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1.1 Mercado de Seguridade

No período de janeiro a dezembro de 2024 o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou aumento de 12,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 436,0 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação) impulsionado pelo segmento de previdência (+R\$ 26,2 bilhões) e de seguros (+R\$ 19,2 bilhões).

No acumulado de janeiro a dezembro de 2024, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB⁽¹⁾ foi de 3,7%, um aumento de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em dezembro de 2024, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 1,8 trilhão, apresentando aumento de 12,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.2 Mercado de Previdência

A contribuição total dos planos de previdência no acumulado de janeiro até dezembro de 2024 atingiu R\$ 196,7 bilhões, aumento de 15,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Em dezembro de 2024, as provisões técnicas de previdência atingiram R\$ 1,6 trilhão, aumento de 12,3% em relação a dezembro de 2023, principalmente em função do aumento das provisões técnicas de VGBL (+R\$ 150,0 bilhões) e PGBL (+R\$ 22,5 bilhões).

1.3 Mercado de Seguros de Pessoas

No acumulado de janeiro até dezembro de 2024, os prêmios ganhos do mercado brasileiro de seguros de pessoas (desconsiderando VGBL e Dotal)⁽²⁾ atingiram R\$ 48,9 bilhões líquidos de resseguro⁽³⁾, com crescimento de 9,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os produtos de prestamista (+R\$ 2,2 bilhões) e de vida e acidentes pessoais (+R\$ 2,1 bilhões).

O índice de sinistralidade⁽⁴⁾ do mercado de seguros de pessoas, que é obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro, atingiu 28,3% no acumulado de janeiro até dezembro de 2024, queda de 1,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

As provisões técnicas de seguros de pessoas e vida individual atingiram R\$ 102,2 bilhões, aumento de 14,2% em relação a dezembro de 2023.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024:

O **lucro líquido** foi de R\$ 449,4 milhões no período, uma diminuição de 27,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa movimentação ocorreu em função da redução do resultado financeiro.

2.2 Patrimonial

Variações de 31 de dezembro de 2024 em relação a 31 de dezembro de 2023:

O **total de ativos** atingiu R\$ 307,2 bilhões, aumento de 12,8%, principalmente em função das aplicações financeiras.

O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 4,3 bilhões, redução de 11,2%, impactado pelo pagamento de R\$ 400 milhões de dividendos no período.

As **provisões técnicas de seguros e previdência** totalizaram o montante de R\$ 302,2 bilhões, aumento de 13,2%, influenciado principalmente pelo aumento de provisões matemáticas de previdência.

3. Negócios

Em dezembro de 2024, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), o nosso *market share* de provisões técnicas de previdência foi de 19,4%, enquanto o nosso *market share* dos planos individuais de previdência foi de 18,9%.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto em Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitiram obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída. São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

A Administração

(1) O percentual de participação no PIB para cada um dos mercados supervisionados é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil a partir da estimativa do PIB mensal do Banco Central (BACEN).

(2) Os produtos VGBL e o Dotal têm características de plano de acumulação, assim, foram desconsiderados do agrupamento pessoas para fins de análise de mercado. Dotal é uma modalidade de seguro que detém uma mescla de seguro de vida e plano de acumulação de benefício definido.

(3) Prêmios ganhos líquidos de resseguro são os prêmios ganhos subtraídas as despesas de resseguro.

(4) Obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		291.960.171	256.965.454	Circulante		1.890.689	1.709.125
Disponível - Caixa e Bancos	2c II	253.961	265.826	Contas a Pagar		223.790	218.989
Aplicações	2c III, 3	290.982.099	256.140.594	Obrigações a Pagar		78.135	104.467
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		294.358	304.822	Impostos e Encargos Sociais a Recolher		122.785	97.417
Prêmios a Receber	4f I	293.726	304.822	Impostos e Contribuições	2c IV	22.870	17.105
Operações com Seguradoras		632	--	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2c V	89.385	78.665
Créditos das Operações com Previdência Complementar		3.005	652	Prêmios a Restituir		2.655	2.679
Créditos de Resseguros		3.005	652	Operações com Resseguradoras		26.311	14.220
Outros Créditos Operacionais		492	458	Corretores de Seguros e Resseguros		58.844	61.693
Ativos de Resseguros e Retrocessão		26.056	23.972	Outros Débitos Operacionais		1.575	73
Títulos e Créditos a Receber		336.506	160.526	Débitos de Operações com Previdência Complementar		--	334
Títulos e Créditos a Receber		319.053	147.826	Operações com Repasse		--	334
Créditos Tributários e Previdenciários	2c IV, 7b	16.702	12.680	Depósitos de Terceiros	4f VII	92.624	107.490
Outros Créditos		751	20	Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4f III, 4f IV, 2c V	1.117.566	981.939
Despesas Antecipadas		9.475	11.370	Pessoas		491.541	513.455
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2c V, 4g	54.219	57.234	Vida Individual		1.685	2.119
				Vida com Cobertura por Sobrevida		624.340	466.365
				Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4f III, 4f IV, 2c V	367.300	318.301
				Planos não Bloqueados		205.317	211.004
				PGBL		161.983	107.297
				Outros Débitos - Outros Valores		24	3.407
				Passivo Não Circulante		301.065.489	265.741.270
Ativo Não Circulante		15.264.060	15.290.168	Contas a Pagar		314.350	121.141
Realizável a Longo Prazo		14.202.588	14.692.052	Obrigações a Pagar		15	224
Aplicações	2c III, 3	13.405.724	14.484.823	Tributos Diferidos	2c IV, 7b	314.335	120.917
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros - Prêmios a Receber	4f I	62	64	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2c V	34	--
Títulos e Créditos a Receber		796.784	207.146	Corretores de Seguros e Resseguros		34	--
Créditos Tributários e Previdenciários	2c IV, 7b	759.782	174.481	Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4f III, 4f IV, 2c V	222.063.178	194.321.660
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	26.821	24.625	Pessoas		95	99
Outros Créditos Operacionais		10.181	8.040	Vida com Cobertura por Sobrevida		222.063.083	194.321.561
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2c V, 4g	18	19	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4f III, 4f IV	78.649.991	71.261.542
Investimentos		799.412	336.055	Planos não Bloqueados		10.812.598	10.291.476
Participações Societárias		798.456	335.124	PGBL		67.837.393	60.970.066
Imóveis Destinados à Renda		925	931	Outros Débitos - Provisões Judiciais	2c VI, 5	37.936	36.927
Outros Investimentos		31	--	Patrimônio Líquido	8	4.268.053	4.805.227
Imobilizado		4.269	4.270	Capital Social		2.391.000	2.391.000
Imóveis de Uso Próprio		4.269	4.269	Reservas de Capital		309.351	309.351
Bens Móveis		--	1	Reservas de Lucros		2.132.445	2.321.340
Intangível		257.791	257.791	Outros Resultados Abrangentes		(564.743)	(216.464)
Outros Intangíveis		257.791	257.791	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		307.224.231	272.255.622
Total do Ativo		307.224.231	272.255.622				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Operações de Seguros		394.050	427.475
Prêmios Emitidos	4f II, 10b II	569.438	586.875
Contribuições para Coberturas de Riscos	10b II	211.787	240.246
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		5.920	19.276
Prêmios Ganhos		787.145	846.397
Sinistros Ocorridos	6a	(286.926)	(315.192)
Custos de Aquisição	6c	(101.387)	(110.431)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(4.396)	1.444
Resultado com Operações de Resseguro		(386)	5.257
Operações de Previdência		327.638	308.359
Rendas de Contribuições e Prêmios		25.114.308	18.017.827
Constituição da Provisão de Benefício a Conceder		(25.112.860)	(18.017.789)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		1.448	38
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	6b	483.385	448.320
Variação de Outras Provisões Técnicas		(128.601)	(133.000)
Custos de Aquisição	6c	(3.849)	(3.834)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(11.832)	(6.190)
Resultado com Operações de Resseguro		(12.913)	3.025
Despesas Administrativas	6d	(546.303)	(582.638)
Despesas com Tributos		(56.670)	(47.864)
Resultado Financeiro	6e	564.925	904.577
Resultado Patrimonial		28.238	(2.542)
Resultado Operacional		711.878	1.007.367
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		425	3.320
Resultado Antes dos Impostos e Participações		712.303	1.010.687
Imposto de Renda	7a	(160.922)	(241.255)
Contribuição Social	7a	(102.022)	(151.912)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		449.359	617.520
Quantidade de Ações	8a	1.094.526.547	1.094.526.547
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$		0,41	0,56

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo)		449.359	617.520
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(607.653)	--
Variação de Valor Justo		(977.688)	--
Efeito Fiscal		391.075	--
Coligadas / Controladas		(21.040)	--
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		--	301.398
Variação de Valor Justo		--	496.753
Efeito Fiscal		--	(198.701)
Coligadas / Controladas		--	3.346
Contratos de Seguro e Previdência Privada		259.374	--
Variação na Taxa de Juros		453.372	--
Efeito Fiscal		(193.998)	--
Total de Outros Resultados Abrangentes		(348.279)	301.398
Total do Resultado Abrangente		101.080	918.918

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
					Legal	Estatutária		
Saldos em 01/01/2023		2.391.000	--	309.351	254.030	1.455.716	--	3.892.235
Total do Resultado Abrangente		--	--	--	--	--	301.398	918.918
Lucro Líquido / (Prejuízo)		--	--	--	--	--	617.520	617.520
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		--	--	--	--	--	301.398	301.398
Destinações		--	--	--	30.876	580.718	--	(611.594)
Reservas		--	--	--	--	--	(5.926)	(5.926)
Dividendos		--	--	--	--	--	--	--
Saldos em 31/12/2023	8	2.391.000	--	309.351	284.906	2.036.434	(216.464)	4.805.227
Mutações do Período		--	--	--	30.876	580.718	301.398	912.992
Saldos em 01/01/2024		2.391.000	--	309.351	284.906	2.036.434	(216.464)	4.805.227
Dividendos		--	--	--	--	(162.961)	--	(162.961)
Reversão de Dividendos		--	--	--	--	60	--	60
Adoção de Política Contábil	2b	--	--	--	--	(238.314)	--	(238.314)
Total do Resultado Abrangente		--	--	--	--	--	(348.279)	101.080
Lucro Líquido / (Prejuízo)		--	--	--	--	--	449.359	449.359
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		--	--	--	--	--	(607.653)	(607.653)
Contratos de Seguro e Previdência Privada	2b	--	--	--	--	--	259.374	259.374
Destinações		--	--	--	22.468	189.852	--	(212.320)
Reservas		--	--	--	--	--	(237.039)	(237.039)
Dividendos		--	--	--	--	--	--	--
Saldos em 31/12/2024	8	2.391.000	--	309.351	307.374	1.825.071	(564.743)	4.268.053
Mutações do Período		--	--	--	22.468	(211.363)	(348.279)	(537.174)



Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Vida e Previdência S.A. (ITAÚ VIDA ou empresa) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar seguros dos ramos de pessoas e planos de previdência privada, conforme definido na legislação vigente.

O principal acionista da ITAÚ VIDA é a Itauseg Participações S.A. (ITAUSEG PART) com participação de 100,00%, empresa participante do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da ITAÚ VIDA são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os ativos financeiros mantidos com objetivo de negociação (Notas 2c, III, 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Fimdo em 31 de dezembro de 2024

- Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02/01/2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas e teste de adequação de passivos.

- Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02/01/2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas.

O Pronunciamento Contábil 48 - Instrumentos Financeiros substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma. O novo pronunciamento está estruturado para abranger os pilares: (i) Classificação e mensuração de ativos financeiros, considerando o modelo de negócios no qual são administrados e as características dos seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Redução ao valor recuperável (*impairment*); e (iii) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

A Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP nº 448/2022 alteram, principalmente, as regras de compensação dos resultados do teste de adequação de passivo, sendo excluída a possibilidade de deduzir a diferença entre o valor justo e o valor contábil de títulos mantidos até o vencimento de eventual resultado deficitário apurado. Os normativos permitem que as supervisionadas adotem políticas contábeis para compensação dos resultados entre grupos de contratos e reconhecimento das alterações das mudanças na taxa de juros utilizadas no cálculo em Outros Resultados Abrangentes, quando necessário reconhecimento de provisão complementar de cobertura, de forma prospectiva. Adicionalmente, há mudanças nas estimativas contábeis para cálculo da redução ao valor recuperável de prêmios e valores a receber de resseguradores.

A adoção dos normativos acarretou uma redução de 5% do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Transição para o CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A ITAÚ VIDA realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são exclusivamente de classificação.

As categorias de classificação de ativos financeiros Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir.

Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:

- Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis e Mantidos até o Vencimento foram contabilizados nesta categoria.

- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Os ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foram classificados nesta categoria. e

- Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os ativos financeiros Mantidos para Negociação.

Não houve alteração na classificação de seus passivos financeiros, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado.

A ITAÚ VIDA avaliou os requisitos para cálculo da perda de crédito esperada de seus ativos financeiros e não identificou montantes a serem reconhecidos.

Até 31 de dezembro de 2023, a ITAÚ VIDA não alterou suas políticas contábeis para Instrumentos Financeiros, que seguem a CPC 38.

A seguir reconciliação dos ativos financeiros:

	CPC 38			CPC 48		
	01/01/2024	Reclassificações (1)	Remensurações (2)	01/01/2024	Saldo	
Mantidos para Negociação	256.000.414	(256.000.414)	--	--	--	--
Fundos de investimentos	255.494.005	(255.494.005)	--	--	--	--
Títulos de Empresas	506.409	(506.409)	--	--	--	--
Ações.....	155.084	(155.084)	--	--	--	--
Debêntures	351.325	(351.325)	--	--	--	--
Valor Justo por meio do Resultado	--	256.000.414	--	256.000.414	--	--
Fundos de investimentos	--	255.494.005	--	255.494.005	--	--
Títulos de Empresas	--	506.409	--	506.409	--	--
Ações.....	--	155.084	--	155.084	--	--
Debêntures	--	351.325	--	351.325	--	--
Disponíveis para Venda	8.349.790	(8.349.790)	--	--	--	--
Títulos Públicos	8.349.790	(8.349.790)	--	--	--	--
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	--	8.349.790	--	8.349.790	--	--
Títulos Públicos	--	8.349.790	--	8.349.790	--	--
Mantido Até o Vencimento	6.275.213	(6.275.213)	--	--	--	--
Títulos Públicos.....	6.275.213	(6.275.213)	--	--	--	--
Custo Amortizado	--	6.275.213	--	6.275.213	--	--
Títulos Públicos	--	6.275.213	--	6.275.213	--	--

1) Referem-se às reclassificações de ativos financeiros entre as categorias de mensuração ao valor justo e ao custo amortizado.

2) Referem-se ao ajuste ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração.

Transição Provisões Técnicas

A ITAÚ VIDA agrupou os produtos em: Acessórios, Acidentes Pessoais, Benefícios Definidos, PGBL/VGBL, Tradicional e Vida em Grupo.

As políticas contábeis de compensação dos resultados do Teste de Adequação de Passivos e reconhecimento das mudanças na Taxa de Juros em Outros Resultados Abrangentes foram adotadas de forma prospectiva, sendo reconhecidos os ajustes identificados em 02/01/2024 em Lucros e Prejuízos Acumulados. As informações comparativas do período de 2023 não foram elaboradas conforme as novas políticas contábeis.

Decorrente das mudanças nas estimativas contábeis de redução ao valor recuperável de prêmios e valores a receber de resseguradores a ITAÚ VIDA reconheceu uma despesa de R\$ (1.695) no resultado do período.

II - Aplicáveis em Períodos Futuros

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis em períodos futuros.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da ITAÚ VIDA. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da empresa estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a forma como a entidade faz a gestão de seus instrumentos financeiros e as características de seus fluxos de caixa.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os títulos públicos, conforme estudo efetuado pela ITAÚ VIDA, são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1.

III.I - Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo

Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

O ajuste a valor justo de ativos e passivos financeiros é reconhecido: no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração Consolidada do Resultado, para demais ativos e passivos financeiros. Para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, é utilizado o custo médio, os quais são registrados na Demonstração do Resultado.

As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo são: base de dados históricos, informações de transações similares, taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros.

III.II - Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

III.III - Instrumentos Patrimoniais

As ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais são contabilizados na Demonstração do Resultado.

Até 31 de dezembro de 2023 as Aplicações, Ativos e Passivos Financeiros eram mensurados conforme o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração cuja classificação desses instrumentos difere do novo normativo, pois depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos.

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - ativos financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

c) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento - ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor justo.

d) Empréstimos e Recebíveis - são classificados como Empréstimos e Recebíveis: Crédito das Operações com Seguros e Resseguros e Títulos e Créditos a Receber.

e) Passivos Financeiros ao Custo Amortizado - não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros.

A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

Valor Justo

Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos. A empresa classifica estas informações conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração do valor justo:

Nível 1: Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo; (iv) informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

IV - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

V - Contratos das Operações de Seguro e Previdência Privada

Contratos de seguros estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevisível, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vigência mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os planos de Previdência Privada referem-se a contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros pode ser encontrada na Nota 4.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela proporção de proteção de seguro fornecido, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos.

A empresa constitui, caso haja evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas.

Resseguros

No curso normal dos negócios, a empresa ressegura uma parcela dos riscos dos seguros subscritos, particularmente, riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade, que entende serem apropriados para cada segmento e produto, e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Esses contratos permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador.

A administração exerce seu julgamento na avaliação ao valor recuperável dos recebíveis de resseguros, com base na sua experiência e *rating* dos resseguradores.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da empresa para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência da ITAÚ VIDA, em avaliações comparativas e na experiência do atuário e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial.

Teste de Adequação do Passivo

A empresa realiza, semestralmente, o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro e planos de previdência privada vigentes na data base do teste.

Caso a análise demonstre insuficiência esta será contabilizada no resultado do período quando proveniente de alterações no risco não financeiro de seguros e em outros resultados abrangentes, quando decorrente de mudanças na taxa de juros (ETJ).

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 4.

VI - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações:

- Provável: é constituída provisão.
- Possível: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes são divulgados nas Demonstrações Contábeis.
- Remota: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

As provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros, em que há liquidez, são reconhecidas quando da notificação judicial, simultaneamente com os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

VII - Receitas e Despesas

As receitas de prêmio dos contratos de seguros são reconhecidas quando da vigência do risco, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG e despesas de comercialização diferidas. As contribuições recebidas de participantes de planos de previdência privada são reconhecidas no resultado do exercício, quando efetivamente recebidas pela empresa. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo e é recolhido simultaneamente ao prêmio.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 2c, III.

As operações realizadas entre partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9a.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Mantidos para Negociação	Valor Justo	Mantidos para Negociação
Fundos de Investimentos	290.610.617	255.494.005	290.610.617	255.494.005
Ações.....	5.251.969	6.477.627	5.251.969	6.477.627
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	516.814	291.380	516.814	291.380
Certificados de Recebíveis Imobiliários	762.320	456.534	762.320	456.534
Certificados de Depósito Bancário	479.276	145.165	479.276	145.165
Compromissadas.....	28.774.066	29.895.207	28.774.066	29.895.207
Contas a Receber / (Pagar).....	241.593	214.395	241.593	214.395
Debêntures.....	53.977.230	37.739.291	53.977.230	37.739.291
Derivativos.....	16.905	(680.741)	16.905	(680.741)
Cotas de Fundos de Investimentos	14.751.035	10.995.097	14.751.035	10.995.097
Letras Financeiras.....	32.310.954	21.537.948	32.310.954	21.537.948
Letras Financeiras do Tesouro	117.761.342	80.558.848	117.761.342	80.558.848
Letras do Tesouro Nacional	3.161.098	22.314.859	3.161.098	22.314.859
Notas de Crédito	1.091.276	1.716.495	1.091.276	1.716.495
Notas do Tesouro Nacional.....	31.382.042	43.826.492	31.382.042	43.826.492
Depósito a Prazo com Garantia Especial.....	132.697	5.408	132.697	5.408
Títulos de Empresas	158.278	506.409	158.278	506.409
Ações.....	--	155.084	--	155.084
Debêntures.....	127.633	351.325	127.633	351.325
Notas de Crédito	30.645	--	30.645	--
Total	290.768.895	256.000.414	290.768.895	256.000.414
Circulante.....	290.768.895	256.000.414	290.768.895	256.000.414
Não Circulante.....	--	--	--	--

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Ativos Disponíveis para Venda	Valor Justo	Ativos Disponíveis para Venda
b) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	8.349.790	8.349.790	8.349.790	8.349.790
Títulos e Valores Mobiliários	9.045.612	(1.333.012)	9.045.612	(1.333.012)
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	9.045.612	(1.333.012)		

Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01

e) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

	31/12/2024			31/12/2023				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Valor Justo por meio do Resultado	136.252	290.632.643	--	290.768.895	--	--	--	--
Fundos de Investimentos.....	--	290.610.617	--	290.610.617	--	--	--	--
Títulos de Empresas.....	136.252	22.026	--	158.278	--	--	--	--
Valor Justo por meio de Outros								
Resultados Abrangentes	7.712.600	--	--	7.712.600	--	--	--	--
Títulos Públicos.....	7.712.600	--	--	7.712.600	--	--	--	--
Títulos de Empresas.....	--	--	--	--	--	--	--	--
Mantidos para Negociação	--	--	--	--	437.137	255.535.019	28.258	256.000.414
Fundos de Investimentos.....	--	--	--	--	--	255.494.005	--	255.494.005
Títulos de Empresas.....	--	--	--	--	437.137	41.014	28.258	506.409
Disponíveis para Venda	--	--	--	--	8.349.790	--	--	8.349.790
Títulos Públicos.....	--	--	--	--	8.349.790	--	--	8.349.790

f) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna (1)	31/12/2024			31/12/2023				
	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Mantidos para Negociação	Disponível para Venda	Mantidos Até o Vencimento	Total	
Baixo.....	272.422.039	7.712.600	5.906.328	286.040.967	256.000.414	8.349.790	6.275.213	270.625.417
Médio.....	18.294.373	--	--	18.294.373	--	--	--	--
Alto.....	52.483	--	--	52.483	--	--	--	--
Total.....	290.768.895	7.712.600	5.906.328	304.387.823	256.000.414	8.349.790	6.275.213	270.625.417
%.....	95,5%	2,5%	1,9%	99,9%	94,6%	3,1%	2,3%	100,0%

1) Demonstração correspondência entre os níveis atribuídos pelos modelos internos do grupo e a probabilidade de inadimplência (PD): (a) baixo PD menor ou igual a 4,44%, (b) médio PD maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95% e (c) alto PD maior que 25,95%.

NOTA 4 - CONTRATOS DAS OPERAÇÕES DE SEGURO E PREVIDÊNCIA PRIVADA

A política contábil sobre contratos das operações de seguros e previdência privada está apresentada na Nota 2c.V.

A empresa oferece ao mercado os produtos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais eletrônicos e agências do Itaú Unibanco, conforme exigências regulatórias, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

a) Seguros

Contrato firmado entre partes visando proteger os bens do cliente, que mediante o pagamento de prêmio, fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, a empresa, constitui provisões técnicas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pela empresa se dividem em seguros elementares e seguros de vida:

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.

- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

b) Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência

- Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, através de investimentos feitos a longo prazo, cujo produto é denominado VGBL.

c) Previdência Privada

- Desenvolvido para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre: Plano de previdência complementar com o objetivo de acumulação, onde os recursos são aplicados em um fundo de investimento sem garantia de remuneração mínima durante o período de diferimento. Nesta modalidade, suas contribuições podem ser deduzidas da base de cálculo do imposto de renda, até 12% da renda tributável (exclusivamente para quem contribui para a previdência Pública Social). O imposto de renda incide apenas no momento do resgate sobre todo o valor acumulado (aportes + rendimentos).

- VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre: Seguro de pessoas com cobertura de sobrevivência com o objetivo de acumulação, onde os recursos são aplicados em um fundo de investimento sem garantia de remuneração mínima durante o período de diferimento. Nesta modalidade, as contribuições não podem ser deduzidas da base de cálculo. O imposto de renda incide no momento do resgate, apenas sobre a rentabilidade.

- FGB - Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

d) Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados

A empresa comercializa produtos de previdência complementar na modalidade de PGBL e VGBL, e em 2011 iniciou a comercialização de produtos atrelados à tábua de sobrevivência brasileira BR-EMS com 0% de garantia de juros na fase de concessão do benefício e atualização anual pelo IPCA.

Os principais produtos de seguros comercializados estão atrelados à tábua atuarial AT 83 e intervalo de carregamento de 17% a 24%.

e) Provisões Técnicas

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** - constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas aplicações ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*.

- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, quando aplicável. Abrange valores relativos às indenizações e benefícios, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.

- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Abrange valores relativos a indenizações, benefícios e rendas considerando os montantes referentes às ações judiciais. A metodologia de cálculo é realizada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de *run-off*, com base no comportamento histórico observado.

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização.

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBG)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

- **Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR) e Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização e Repartição de Capitais por Cobertura (PDC)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer, sendo segregadas conforme o regime financeiro do produto.

f) Principais informações relativas às operações

I - Prêmios a Receber e Redução ao Valor Recuperável, considerando os Prazos Médios de Vencimento

	Vincendos		Vencidos		Redução ao Valor Recuperável		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
de 1 a 30 dias.....	49.866	54.357	1.340	2.794	(1.484)	(1.143)	49.722	56.008
de 31 a 60 dias.....	39.342	41.907	666	642	(487)	(309)	39.521	42.240
de 61 a 120 dias.....	78.515	76.876	281	351	(281)	(898)	78.515	76.329
de 121 a 180 dias.....	53.153	58.172	80	101	(80)	(567)	53.153	57.706
de 181 a 365 dias.....	72.815	73.173	102	122	(102)	(755)	72.815	72.540
superior a 365 dias.....	62	64	563	464	(563)	(465)	62	63
Total.....	293.753	304.549	3.032	4.474	(2.997)	(4.137)	293.788	304.886

Crítérios de Parcelamento

A Seguradora utiliza como prazo médio de parcelamento na comercialização os seguintes critérios:

Seguro de Pessoas

Seguros dos ramos de Vida e Acidentes Pessoais direcionados a Pessoas Físicas ou Jurídicas com pagamento de prêmio único ou prêmio mensal.

II - Prêmios a Receber - Movimentação

	31/12/2024		31/12/2023	
	Seguros (1)	Previdência	Seguros (1)	Previdência
Prêmios não Ganhos (PPNG).....	314.825	9.636	322.663	10.636
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)				
e Concedidos (PMBG).....	1.030	300.003.308	1.329	264.853.660
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR).....	325	891.523	--	610.142
Excedente Financeiro (PEF).....	--	709.766	--	729.443
Sinistros a Liquidar (PSL).....	90.656	12.398	100.146	85.238
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR) ..	80.768	23.660	85.757	25.933
Despesas Relacionadas (PDR/PDC).....	5.717	54.423	60.140	52.717
Total.....	493.321	301.704.714	515.673	266.367.769
Circulante.....				1.484.866
Não Circulante.....				300.713.169

Valores em Prêmios emitidos líquidos e Prêmios-Riscos vigente não emitidos correspondem a rubrica Prêmios Emitidos da Demonstração do Resultado.

III - Saldo das Provisões Técnicas

	31/12/2024			31/12/2023		
	Seguros (1)	Previdência	Total	Seguros (1)	Previdência	Total
Prêmios não Ganhos (PPNG).....	314.825	9.636	324.461	322.663	10.636	333.299
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)						
e Concedidos (PMBG).....	1.030	300.003.308	300.004.338	1.329	264.853.660	264.854.989
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR).....	325	891.523	891.848	--	610.142	610.142
Excedente Financeiro (PEF).....	--	709.766	709.766	--	729.443	729.443
Sinistros a Liquidar (PSL).....	90.656	12.398	103.054	100.146	85.238	185.384
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR) ..	80.768	23.660	104.428	85.757	25.933	111.690
Despesas Relacionadas (PDR/PDC).....	5.717	54.423	60.140	5,778	52.717	58.495
Total.....	493.321	301.704.714	302.198.035	515.673	266.367.769	266.883.442
Circulante.....			1.484.866			1.300.240
Não Circulante.....			300.713.169			265.583.202

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

IV - Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2024			31/12/2023		
	Seguros (1)	Previdência	Total	Seguros (1)	Previdência	Total
Saldo Inicial - 01/01	515.673	266.367.769	266.883.442	531.479	229.754.529	230.286.008
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições.....	569.438	25.114.308	25.683.746	586.875	18.017.827	18.604.702
(-) Diferimento pelo risco decorrido.....	(575.358)	--	(575.358)	(606.151)	--	(606.151)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios.....	(229.423)	(483.287)	(712.710)	(224.864)	(484.883)	(709.747)
(+) Sinistros avisados.....	214.533	--	214.533	208.529	--	208.529
(-) Resgates.....	--	(16.837.873)	(16.837.873)	--	(15.146.411)	(15.146.411)
(+/-) Portabilidades líquidas.....	--	4.163.980	4.163.980	--	5.827.438	5.827.438
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro.....	5.510	23.274.594	23.280.104	7.274	28.232.857	28.240.131
(+/-) Outras (Constituição / (Reversão)).....	(7.052)	105.223	98.171	12.531	166.412	178.943
Saldo Final.....	493.321	301.704.714	302.198.035	515.673	266.367.769	266.883.442

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

V - Ativos Garantidores em Cobertura das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Seguros (1)	Previdência	Seguros (1)	Previdência
Total das Provisões Técnicas	302.198.035	266.883.442	302.198.035	266.883.442
(-) Direitos Creditórios (1).....	--	--	(273.268)	(217.203)
(-) Valores em Trânsito.....	--	--	(198.332)	(84.162)
(-) Resseguros (2).....	--	--	(16.050)	(20.264)
Montante a ser Garantido.....	301.710.385	266.561.813	301.710.385	266.561.813
Títulos Públicos.....			13.460.235	10.779.317
Fundos de Investimentos.....			289.712.911	256.342.352
Títulos de Empresas.....			127.633	506.409
Garantias das Provisões Técnicas.....	303.300.779	267.628.078	303.300.779	267.628.078
Cobertura Excedente.....	1.590.394	1.066.265	1.590.394	1.066.265

1) Apurado com base na rubrica Prêmios a Receber, líquido das parcelas cedidas em cosseguros e resseguros, quando aplicável.

2) Conforme legislação em vigor as sociedades seguradoras podem deduzir do total das provisões técnicas constituídas as parcelas de prêmios e de sinistros transferidas a terceiros em operações de resseguros e retrocessão, como também, os custos de aquisição diferidos.

VI - Índices

Principais Ramos de Seguros	Comercialização % (1)		Sinistralidade % (1)	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Acidentes Pessoais Coletivo.....	15,7%	16,5%	14,7%	16,7%
Doenças Graves ou Terminais.....	26,1%	26,5%	20,2%	23,9%
Vida em Grupo.....	17,3%	17,9%	47,2%	43,8%

1) O sinistro e comercialização utilizados como base de cálculo estão líquidos de resseguro e calculados sobre prêmios ganhos líquidos de resseguros.

VII - Depósitos de Terceiros

Correspondem basicamente a cobrança antecipada de prêmios e outros depósitos com vencimento até 365 dias.

g) Custos de Aquisição Diferidos

Ramo	31/12/2024	31/12/2023
Vida em Grupo.....	36.840	38.544
Acidentes Pessoais Coletivo.....	9.437	10.114
Dem		

Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01

i) Teste de Adequação de Passivo

A empresa realiza o Teste de Adequação de Passivos semestralmente, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio e o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

Para o período, os resultados das avaliações realizadas foram:

	31/12/2024			Fluxos Contratados Não Registrados
	PPNG	PMBAC (1)	PMBAC	
Saldo inicial da Provisão Complementar de Cobertura - 01/01	--	--	--	--
Adoção inicial Circular SUSEP nº 678/22	--	(3.700)	(412.860)	--
Teste de Adequação de Passivo e Compensações	137.592	1.877.667	54.408	326.251
Seguros	137.117	--	--	(367.549)
Previdência (1)	475	1.877.667	54.408	693.800
(Constituição)/Reversão da Provisão Complementar de Cobertura	--	3.700	412.860	--
Saldo Final da provisão Complementar de Cobertura	--	--	--	--

1) O grupo de contrato de Planos de Previdência de Benefícios Definidos não é compensado com os demais agrupamentos.

Em razão do Teste de Adequação de Passivo, a Provisão Complementar de Cobertura foi revertida integralmente, sendo o impacto em Outros Resultados Abrangentes de R\$ 453.372 decorrente das projeções da taxa de juros e R\$ (36.812) de alterações nas premissas atuariais. As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da sua experiência, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Com relação aos fluxos de resseguro, quando aplicável, os mesmos são obtidos através de uma relação dos fluxos brutos de resseguro.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

- Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro divulgada pela SUSEP.

- Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

- Outras Premissas

Despesas relacionadas, sinistralidade, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

j) Capital para a Atividade de Seguros

Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), Capital Mínimo Requerido (CMR) e Índice de Liquidez

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido	4.268.053	4.805.227
(-) Participações Societárias	(798.456)	(335.124)
(-) Despesas Antecipadas	(9.475)	(11.370)
(-) Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias	(750.591)	(169.502)
(-) Ativos Intangíveis (1)	(154.674)	(154.674)
(-) Imóveis urbanos (e direitos de vendas)	(5.194)	(5.200)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(9.372)	(10.428)
(-) Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	--	(249.936)
(+/-) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros ao custo amortizado / mantidos até o vencimento	108.167	367.849
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 1 (a)	2.648.458	4.236.842
% Nível 1 sobre CMR	97,2%	158,1%
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	41.723	40.237
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	1.241.370	797.207
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2 (b)	1.283.093	837.444
(+) Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	408.556	169.502
(+) Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado	5.194	5.200
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3 (c)	413.750	174.702
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3 após deduções (c)	413.752	174.702
(-) Excesso ao limite de 15% do CMR para cobertura por PLA de nível 3 (g)	(5.194)	--
(-) Excesso ao limite de 50% do CMR para cobertura pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 (h)	(334.990)	--
Ajuste do excesso de Patrimônio Líquido Ajustado de Nível 2 e Nível 3 (d) = menor valor entre (g) e (h)	(334.990)	--
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = soma de (a), (b), (c) e (d)	4.010.311	5.248.988
Capital Base (e)	15.000	15.000
Capital Adicional de Risco de Subscrição	2.025.423	1.949.054
Capital Adicional de Risco de Crédito	89.290	86.543
Capital Adicional de Risco Operacional	241.703	213.506
Capital Adicional de Risco de Mercado	937.158	1.028.631
Benefício da Correlação entre Risco	(569.868)	(598.463)
Capital de Risco (f)	2.723.706	2.679.271
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior valor entre (e) e (f)	2.723.706	2.679.271
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	1.286.605	2.569.717

1) A dedução dos ativos intangíveis considera o ágio por expectativa de rentabilidade futura, líquido da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada.

NOTA 5 - PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

A política contábil sobre provisões, ativos e passivos contingentes está apresentada na Nota 2C.VI.

A empresa, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	10.677	11.036
Trabalhistas	1.408	1.872
Total	12.085	12.908
Depósitos em Garantia de Recursos	863	1.566

No Balanço Patrimonial contempla Depósitos Judiciais de Sinistros no montante de R\$ 6.845 (R\$ 6.024 em 31/12/2023).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Legais	6.669	6.483
Ações Fiscais e Previdenciárias	19.182	17.536
Total	25.851	24.019
Depósitos em Garantia de Recursos	9.284	8.636

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 58.572 (R\$ 43.449 em 31/12/2023).

Não existem Ações Trabalhistas de perda possível.

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 109.476 (R\$ 103.632 em 31/12/2023), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- ISS - Atividades Bancárias/Estabelecimento Prestador - R\$ 71.061: discute-se a incidência e/ou local do recolhimento de ISS para determinadas receitas bancárias.

- IRPJ e CSLL - Glosa de Prejuízos - R\$ 27.278: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa da CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 6.092: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

c) Garantias de Contingências

As garantias relativas às discussões judiciais que envolvem a empresa são compostas basicamente por valores que estão vinculados ou depositados no montante de R\$ 9.829 (R\$ 8.399 em 31/12/2023).

NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Sinistros Ocorridos

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Sinistros	(218.601)	(213.283)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	7.262	(11.271)
Serviços de Assistência	(2.556)	(3.326)
Despesas com Benefícios	(73.031)	(87.312)
Total	(286.926)	(315.192)

b) Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas

Refere-se basicamente a administração de fundos de investimentos e percentual incidente sobre as contribuições pagas pelo participante, para fazer face às despesas administrativas do plano.

c) Custos de Aquisição

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Comissão sobre Prêmios Emitidos	(81.347)	(84.798)
Corretagem e Agenciamento	(3.849)	(3.834)
Variação do Custo de Aquisição Diferido	(3.016)	(6.948)
Outros	(17.024)	(18.685)
Total	(105.236)	(114.265)

d) Despesas Administrativas

Refere-se basicamente a Convênio de Rateio de Custos Comuns R\$ (498.755) (R\$ (535.343) de 01/01 a 31/12/2023), que decorrem da utilização da estrutura comum do conglomerado.

A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

e) Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas Financeiras	24.140.891	29.349.734
Fundos de Investimentos	22.518.127	28.322.789
Títulos Públicos e de Empresas	1.606.505	1.006.932
Outras	16.259	20.013
Despesas Financeiras	(23.575.966)	(28.445.157)
Atualização de Operações de Seguros e Previdência	(23.500.763)	(28.378.535)
Títulos Públicos e de Empresas	(71.716)	(63.660)
Outras	(3.487)	(2.962)
Resultado Financeiro	564.925	904.577

NOTA 7 - TRIBUTOS

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c.IV.

A empresa apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultados antes dos Impostos e Participações	712.303	1.010.687
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(284.921)	(404.275)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado Patrimonial	10.134	576
Incentivos Fiscais	8.082	11.935
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	3.761	(1.403)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(262.944)	(393.167)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	Nota	31/12/2023	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2024
Refletido no Resultado		28.149	(8.853)	198.867	218.163
Ajustes ao Valor Justo de Títulos para Negociação		2.313	(2.313)	25.664	25.664
Obrigações Legais		798	--	--	798
Provisões		15.393	(2.860)	3.243	15.776
Outras Provisões Indedutíveis		9.645	(3.680)	169.960	175.925
Refletido no Patrimônio Líquido		141.353	(111.291)	502.366	532.428
Ajustes ao Valor Justo de Títulos Disponíveis para Venda e Outros		141.353	(111.291)	502.366	532.428
Total	7c	169.502	(120.144)	701.233	750.591

Os Ativos Fiscais Diferidos estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 776.484 (R\$ 187.161 em 31/12/2023), e estão representados por Tributos Diferidos R\$ 750.591 (R\$ 169.502 em 31/12/2023) e por Tributos a Compensar R\$ 25.893 (R\$ 17.659 em 31/12/2023).

II - O saldo de Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2023	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2024
Refletido no Resultado	120.917	(11.095)	204.513	314.335
Ativos Intangíveis	103.117	--	--	103.117
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	6.705	--	431	7.136
Ajustes ao Valor Justo de Títulos para Negociação	8.790	(8.790)	8.790	8.790
Outras	2.305	(2.305)	195.292	195.292
Total	120.917	(11.095)	204.513	314.335
Total Líquido	48.585	(109.049)	496.720	436.256

c) Estimativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2025	519	0,1%
2026	29.688	3,9%
2027	22.402	2,9%
2028	46.297	6,2%
2029	19.909	2,7%
2030 a 2032	173.795	23,2%
2033 a 2034	457.981	61,0%
Total	750.591	100,0%
Valor Presente (1)	483.062	

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de seguros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por 1.094.526.547 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado conforme disposto no Estatuto Social.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido	449.359	617.520
(-) Reserva Legal	(22.468)	(30.876)
Lucro base para determinação do dividendo	426.891	586.644
Dividendos mínimos obrigatórios	4.269	5.866

	31/12/2024			31/12/2023		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos	405.866	--	405.866			

Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os riscos de seguros e previdência, decorrem de perdas que contrariam as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING atreladas as operações de produtos comercializados nas supervisionadas SUSEP.

No risco de subscrição decorre do uso de metodologias e/ou premissas na precificação dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado: (i) Seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas de precificação; e (ii) Previdência Privada é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da empresa, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

I - Efeito das mudanças nas premissas atuariais

Teste de sensibilidade

Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuarias, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do período e o patrimônio líquido da data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras.

Tábuas biométricas para medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Taxa de juros livre de risco (ETTJ) divulgada pela SUSEP, para descontar precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

Taxa de conversão em renda para medir a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria.

Sinistralidade, para estimar o fluxo de caixa de sinistros oriundos dos contratos de seguros assumidos.

Os resultados encontrados no teste de sensibilidade abaixo demonstram a variação das estimativas correntes antes das compensações do Teste de Adequação do Passivo (TAP).

	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido (1)					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	
Teste de Sensibilidade						
Taxa de Mortalidade						
Acréscimo de 5%	17.492	(7.337)	(6.746)	21.999	(7.952)	(7.355)
Decréscimo de 5%	(18.206)	7.627	7.012	(22.915)	8.276	7.656
Taxa de Juros Livre de Risco						
Acréscimo de 0,1 p.p.	78.685	1.714	1.576	83.155	2.211	2.041
Decréscimo de 0,1 p.p.	(80.312)	(1.734)	(1.594)	(84.916)	(2.239)	(2.067)
Taxas de Conversão em Renda						
Acréscimo de 5%	10.650	--	--	666	--	--
Decréscimo de 5%	(10.650)	--	--	(667)	--	--
Sinistros						
Acréscimo de 5%	--	(8.610)	(7.898)	--	(8.928)	(8.041)
Decréscimo de 5%	--	8.610	7.898	--	8.928	8.041

1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

II - Concentração de Riscos

Para a empresa não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro dos Maiores Ramos de Atuação

	Prêmios Emitidos		Resseguros		Prêmios Retidos	
	01/01 a 31/12/2024					
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
VGBL	21.627.907	14.562.854	--	--	21.627.907	14.562.854
PGBL	3.398.244	3.365.569	--	--	3.398.244	3.365.569
Vida em Grupo	393.479	403.695	(735)	(26)	392.744	403.669
Pensão, Pecúlio e Invalidez	211.787	240.246	(16.660)	(14.870)	195.127	225.376
Tradicional	88.157	89.404	--	--	88.157	89.404
Acidentes Pessoais Coletivo	110.865	115.597	(6.191)	(2.786)	104.674	112.811
Demais Ramos	65.094	67.583	(6.482)	(2.567)	58.612	65.016
Total	25.895.533	18.844.948	(30.068)	(20.249)	25.865.465	18.824.699

c) Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

III - Risco de Liquidez

A empresa identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, a empresa efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor do Passivo (1)	Duration (meses) do Passivo	Valor do Passivo (1)	Duration (meses) do Passivo
Operações de Seguros				
Prêmios não Ganhos (PPNG)	314.825	32,1	30,6	322.663
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR), Despesas Relacionadas (PDR) e Sinistros a Liquidar (PSL)	177.141	32,1	30,6	191.681
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	325	21,2	30,6	--
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBAC / PMBC)	1.030	25,2	30,6	1.329
Subtotal	493.321			515.673
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual				
Despesas Relacionadas (PDR)	54.423	93,6	66,8	52.717
Prêmios não Ganhos (PPNG)	9.636	21,2	30,6	10.636
Sinistros a Liquidar (PSL)	12.398	21,2	30,6	85.238
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	23.660	21,2	30,6	25.933
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	891.523	21,2	30,6	610.142
Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	4.592.368	93,6	66,8	4.278.526
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) - PGBL / VGBL	287.549.783	201,4	55,5	253.070.713
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	7.861.157	179,1	79,9	7.504.421
Excedente Financeiro (PEF)	709.766	179,1	79,9	729.443
Subtotal	301.704.714			266.367.769
Total Provisões Técnicas	302.198.035			266.883.442

1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.

IV - Risco de Crédito

A empresa entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, decorrente da insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros.

IV.I - Resseguradores

As operações de resseguro são controladas por meio de política interna. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item "classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco".

As operações de prêmios emitidos de resseguros estão representadas basicamente por Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros (local) com 45% (45% em 31/12/2023), Siriuspoint International Insurance Corp. (eventual) com 20%, IRB Brasil Resseguros S.A. (local) com 20%, MS Amlin Insurance SE (eventual) com 15% (15% em 31/12/2023) e Swiss Reinsurance Company (local) com 40% em 31/12/2023.

IV.II - Prêmios a receber

Para o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos, a empresa considera irrelevante, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Ademais, a empresa possui metodologia própria para provisionar o valor recuperável de prêmios de seguros. Esta metodologia permite uma redução no valor recuperável no caso

DIRETORIA	Diretores		
Diretor Presidente	Carlos Henrique Donegá Aidar	Lineu Carlos Ferraz de Andrade	Vinicius Santana
Renato Berezjak Cunha	Eduardo Nogueira Domeque	Rita Rodrigues Ferreira Carvalho	

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 7º andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Itaú Vida e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Vida e Previdência S.A. (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com

os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Itaú Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados,

de prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices que não tenham sido canceladas. O comportamento deste risco é monitorado trimestralmente quando ocorre a atualização do modelo.

Para visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 4 - Contrato das Operações.

IV.III - Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito de aplicações consultar Nota 3 - Aplicações.

Os documentos "Relatório de Acesso Público", que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, e não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaui.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

NOTA 11 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Comitê de Auditoria Único

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021, a empresa aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

	Atuário	Contador
	Rogério Pires Calazans Matos MIBA 1200	Arnaldo Alves dos Santos CRC 15P210058/O-3
		Dinarte Ferreira Bonetti MIBA 2147
	PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105	
	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132	



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Itaú Vida e Previdência S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas da

Itaú Vida e Previdência S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Vida e Previdência S.A. ("Itaú Vida"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Itaú Vida e Previdência S.A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 26 de fevereiro de 2024, sem modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

No curso de nossos exames, envolvemos especialistas internos para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao ambiente de tecnologia, bem como na execução de procedimentos de auditoria para avaliação do desempenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia, para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão, revisão e revogação de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Por fim, realizamos testes de detalhe para avaliar o correto fluxo de informação entre sistemas, para as rotinas contábeis consideradas relevantes.

Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está

consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas relevantes preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui obrigações oriundas de suas apólices de seguros e contratos de previdência que estão registrados nas rubricas "Provisões técnicas - Seguros e Previdência" e "Provisões Técnicas - Previdência Complementar" demonstradas nas notas explicativas n.ºs. 2 (c.V), 4 (f.III) e 4 (f.IV) das demonstrações financeiras. A determinação dos valores de provisões técnicas das apólices de seguros e contratos de previdência envolve julgamento relevante da administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização dos nossos entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade, (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas das apólices de seguro e contratos de previdência firmadas pela Companhia; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela administração da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as Provisões Técnicas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas referidas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Vida e Previdência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação

dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

	ERNST & YOUNG	
	Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-2SP034519/O	Paula Colodete Lucas Contadora CRC- SP290864/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>